

Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS

INTRODUÇÃO

PARTE I

TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

Capítulo 1

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO SISTEMA INTERAMERICANO

- 1.1 Dever do juiz nacional em controlar a convencionalidade
- 1.2 Evolução da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos
- 1.3 Aferição de convencionalidade
- 1.4 Bloco de convencionalidade *lato sensu*
- 1.5 Atividade do juiz interno e relações internacionais do Estado

Capítulo 2

TÉCNICA DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

- 2.1 Fundamento do controle de convencionalidade
- 2.2 Tratados paradigmas do controle de convencionalidade
- 2.3 Efeitos do controle de convencionalidade
- 2.4 Devido processo convencional
 - 2.4.1 Devido processo convencional internacional
 - 2.4.2 Devido processo convencional interno

PARTE II

MODELO BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

Capítulo 1

TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO

- 1.1 O *status* constitucional dos tratados de direitos humanos no Brasil
- 1.2 As incongruências do § 3.º do art. 5.º da Constituição
- 1.3 Em que momento do processo de celebração de tratados tem lugar o § 3.º do art. 5.º da Constituição?
- 1.4 Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da entrada em vigor da Emenda n.º 45/2004
- 1.5 Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (se anterior ou posterior à entrada em vigor da Emenda n.º 45/2004)
- 1.6 Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos independentemente da regra do § 3.º do art. 5.º da Constituição

Capítulo 2

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

- 2.1 Introdução
- 2.2 Pioneirismo da teoria no Brasil
- 2.3 Vigência, validade e eficácia das leis
- 2.4 Teoria da dupla compatibilidade vertical material
 - 2.4.1 O respeito à Constituição e o conseqüente controle de constitucionalidade

- 2.4.1.1 A obediência aos direitos expressos na Constituição
- 2.4.1.2 A obediência aos direitos implícitos na Constituição
- 2.4.2 O respeito aos tratados internacionais e os controles de convencionalidade (difuso e concentrado) e de supralegalidade das normas infraconstitucionais
 - 2.4.2.1 Os direitos previstos nos tratados de direitos humanos
 - 2.4.2.1.1 Controle difuso de convencionalidade
 - 2.4.2.1.2 Controle concentrado de convencionalidade
 - 2.4.2.1.3 Conclusão sobre as modalidades difusa e concentrada de controle
 - 2.4.2.2 Os direitos previstos nos tratados comuns e o controle de supralegalidade
- 2.5 Caso prático contra o Brasil (“Guerrilha do Araguaia” e a Lei de Anistia)
- 2.6 Controles legislativo e executivo da convencionalidade das leis
 - 2.6.1 Controle legislativo da convencionalidade
 - 2.6.2 Controle executivo da convencionalidade

Capítulo 3

PRÁTICA JURISPRUDENCIAL DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

- 3.1 Introdução
- 3.2 Convencionalidade do duplo grau de jurisdição em matéria criminal (STF)
- 3.3 Convencionalidade das políticas públicas de inserção das pessoas com deficiência (STF)
- 3.4 Convencionalidade das audiências de custódia (STF)
- 3.5 (In)convencionalidade do crime de desacato (STJ)
- 3.6 Inconvencionalidade da inacumulabilidade dos adicionais de insalubridade e periculosidade (TST)
- 3.7 Convencionalidade do tipo penal militar de posse de substância entorpecente para uso próprio (STM)
- 3.8 (In)convencionalidade da submissão de civis à jurisdição da Justiça Militar (STM)
- 3.9 Inconvencionalidade da inversão da ordem processual da oitiva de testemunhas de defesa e acusação do art. 222, §§ 1.º e 2.º, do CPP (TRF-2)
- 3.10 Inconvencionalidade do pagamento de custas por ausência do autor na audiência inaugural previsto no art. 844, § 2.º, da CLT (TRT-3)
- 3.11 Conclusão

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DO AUTOR